

A CONFIGURAÇÃO DE REFERÊNCIA NOS PRONOMES DE TERCEIRA PESSOA EM PORTUGUÊS*

THE CONFIGURATION OF REFERENCE IN THIRD PERSON PRONOUNS IN PORTUGUESE

Fernanda de Oliveira Cerqueira¹
Danniel da Silva Carvalho²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo descrever o perfil morfossemântico do pronome pleno de terceira pessoa no português brasileiro. A partir observação do comportamento desse pronome nessa língua, observou-se que suas leituras referenciais expressam sempre pelo menos um dos seguintes traços semânticos: [definido] e [específico]. Partindo de uma Teoria-phi (HARBOUR, ADGER; BÉJAR, 2008), é proposto que a categoria *pessoa* é composta por traços mais atômicos, que incluem os traços de definitude e especificidade. Essa composição reflete as diferentes leituras do pronome pleno de terceira pessoa no português, dentre elas as leituras arbitrária, indefinida e indeterminada, aproximando esse pronome dos demonstrativos. Como consequência, os traços [distal] e [dêixis] são incorporados à composição de tais pronomes.

PALAVRAS-CHAVE: Referência pronominal; traços-phi; terceira pessoa; português brasileiro.

ABSTRACT

This paper aims at describing the third person pronoun morphosemantic profile in Brazilian Portuguese. From observing the behaviour of this pronoun in that language, it was noticed that its referential readings always express at least one of the following two semantic features: [definite] and [specific]. Departing from a Phi-Theory (HARBOR, ADGER; BÉJAR, 2008), it is proposed that the category person is composed by atomic features, in which definiteness and specificity are included. This composition reflects the different readings of the third person pronoun in Portuguese, comprising arbitrary, undefined, and indeterminate readings, which brings this pronoun closer to demonstratives. Consequently, the features [distal] and [deixis] are incorporated into the composition of such pronouns.

KEYWORDS: Pronoun reference; phi-features; third person; Brazilian Portuguese.

INTRODUÇÃO

A Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981, 1986) estabelece as condições referenciais na gramática das línguas, dividindo os elementos nominais em anáforas, pronomes e expressões referenciais. As anáforas têm sua referência dentro do domínio da sentença, o pronome, fora do domínio da sentença, e as expressões referenciais são autorreferenciadas. Quanto à escolha do antecedente pronominal ser estabelecida de maneira preferencial ou determinada, segundo Chomsky (1981), essa ligação poderia ser definida por proximidade em vários casos, mas na maioria deles seria estabelecida pelo que chamou de “condições extrínsecas” cuja importância seria relevante, mas não foram desenvolvidas em seu trabalho.

¹ Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: f.cerqueira@hotmail.com.

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Atualmente é professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O autor recebeu o apoio da Bolsa de Produtividade em Pesquisa – CNP, projeto nº 310302/2019-6. E-mail: dannielcarvalho@ufba.br.

Portanto, o que determinaria se o referente de *ele*³, em (1), é o sintagma *João*, em (1a), ou outro, como *o rapaz da informática*, em (1b), são essas condições extralinguísticas, as quais podem ser formalizadas no léxico pré-sintático.

- (1) a. João_i disse que **ele**_i chegará cedo.
b. João_i disse que **ele**_i chegará cedo.

Por isso, quando o DP⁴ ao qual o pronome de terceira pessoa se refere é expresso, ligado a este fora do domínio de vinculação, há um *antecedente*, como em (1a), caso o antecedente do *ele* seja *João*. Em contrapartida, quando o nominal ao qual o pronome de terceira pessoa se refere não é expresso, mas recuperado pela formalização do contexto de produção, há um *referente*, como em (1b), caso o referente de *ele* seja *o rapaz da informática*. Por essa razão, assumo aqui o termo *referente*, em contraposição a *antecedente*, por considerar que antecedente seja o DP ao qual o pronome está ligado, enquanto referente seja o DP que compartilha referência com o pronome, com base em condições extralinguísticas formalizadas a partir de traços.

Chomsky (1981) menciona a existência de traços gramaticais φ (pessoa, número e gênero) na configuração dos pronomes, distinguindo-os das anáforas foneticamente realizadas e expressões referenciais, que possuem, para além dos traços gramaticais, "outros traços gramaticais". (CHOMSKY, 1981, p. 330) Veremos no decorrer do presente trabalho que esses "outros traços gramaticais" estão presentes também nos pronomes e que sua distribuição, bem como suas relações de concordância sintática decorrem da sua configuração de traços as quais podem ou não ser expressas morfologicamente.

De acordo com os postulados do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), pronomes também são definidos como unidades referenciais portadoras de um conjunto de traços- φ (*phi*). No entanto, estudos que se debruçaram exclusivamente sobre os pronominais em diversas línguas concluíram que a concepção de pronome como elemento primitivo, cuja distribuição é reflexo de sua morfologia, como estabelecido nos primórdios da empreitada gerativa não eram suficientes para explicar o comportamento desses elementos gramaticais (cf. CARDINALETTI; STARKE, 1999, DÉCHANE; WILTSCHKO, 2002, HARLEY; RITTER, 2002, COWPER; HALL, 2002, BÉJAR, 2003, CARVALHO, 2008, BRITO, 2009, CERQUEIRA, 2019a). O pronome de terceira pessoa, por exemplo, representa um *puzzle* para a análise linguística, uma vez que não há uniformidade em seu comportamento interlinguisticamente (cf. CARDINALETTI; STARKE, 1999, CERQUEIRA, 2015a, 2019a). No português brasileiro (doravante PB), o comportamento morfossintático da terceira pessoa foi profundamente explorado na literatura a partir do comportamento dos clíticos no português brasileiro (cf. GALVES; ABAURRE, 1996, GALVES, 2001, GALVES; RIBEIRO; TORRES MORAIS, 2005, CAVALCANTE, 2006, BRITO, 2009, dentre muitos outros). Entretanto, pouca atenção foi dada aos pronomes plenos de terceira pessoa, em especial ao seu mecanismo referencial (cf. SOUZA, 2007, CERQUEIRA, 2015a, 2015b, 2019a, 2019b).

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar como a referência do pronome pessoal pleno de terceira pessoa é construída a partir de informações gramaticais presentes no léxico. Essa hipótese tem lastro em uma Teoria- ϕ (HARBOUR; ADGER; BÉJAR, 2008), cuja formulação prevê que a Gramática Universal deve atender de forma unificada à generalidade transmodular da linguagem humana, fornecendo insumo para a construção da gramática das

³ No decorrer do trabalho, o pronome pleno de terceira pessoa poderá ser tratado por suas formas equivalentes, a saber, *ele*, *ela*, *eles* ou *elas*.

⁴ Abreviaturas usadas no trabalho: DP=sintagma determinante; prt = participante; spkr = falante; addr = destinatário/ouvinte; def = definido; spcf = específico; anim = animado; hum = humano.

línguas, os traços- φ , que são manipuláveis por qualquer dos módulos da gramática (morfologia, sintaxe, semântica) e operados a partir do léxico. Assumiremos, portanto, que a referência pronominal é construída a partir de traços gramaticalizados componentes de sua estrutura interna (CARVALHO, 2008).

Para alcançar tal objetivo, o artigo está dividido em quatro partes. A introdução apresenta o problema em análise e as partes do artigo; a seção 1 descreve brevemente o comportamento referencial do pronome de terceira pessoa no PB; a seção 2 apresenta a estrutura φ dos pronomes e em especial os de terceira pessoa, discutindo-se o grau de determinação dos pronomes de terceira pessoa e os consequentes *outputs* semânticos que geram as leituras definida, específica, arbitrária, indefinida e indeterminada⁵; as considerações finais sumarizam o trabalho.

1 Sobre as restrições referenciais do pronome pleno de terceira pessoa

A terceira pessoa plena apresenta um comportamento referencial diferente das participantes do discurso (primeira e segunda). Os pronomes de primeira e segunda pessoa apresentam comportamento arbitrário e leitura genérica. Os pronomes de primeira e segunda pessoa podem desempenhar o mesmo papel de um constituinte nominal genérico e apresentar significação de classe, grupo, tipo ou espécie (cf. SARAIVA, 1997; RIBEIRO, 2010), como em (2).

- (2) a. Na vida, **a gente** bate e **a gente** apanha.
b. Diante de uma situação dessa, **você** não sabe o que faz.

Em (2a), a leitura é de que toda e qualquer pessoa bate e apanha em suas experiências ao longo da vida. Em (2b), há leitura de que toda e qualquer pessoa, mediante a situação expressa, não saberia o que fazer. Em contrapartida, a terceira pessoa plena apresenta um comportamento divergente das outras duas, como em (3) e em (4).

- (3) a. Eu adoro café.
b. *Eu adoro **ele**.
(4) a. Maçã é uma delícia.
b. ***Ela** é uma delícia.

Os nomes *café* e *maçã*, presentes nas sentenças (3) e (4), referem-se respectivamente à categoria *café* e à categoria *maçã*, sendo, portanto, representantes da espécie/ do tipo/ do grupo/ da classe *café* e da espécie/ do tipo/ do grupo/ da classe *maçã*. Logo, todo e qualquer *café* é *adorado* em (3) e toda e qualquer *maçã* é uma *delícia* em (4). Porém, o pronome de terceira pessoa não preserva tais características no que tange à retomada dos DPs *café* e *maçã*. Quando a retomada de *café* e *maçã* é feita com o pronome de terceira pessoa, a leitura é de que falante e ouvinte sabem precisamente qual *café* é *adorado* e qual *maçã* é *deliciosa*, como em (5) e (6), nas quais o pronome de terceira pessoa consegue recuperar todas as características semânticas de seu referente sem nenhum prejuízo às sentenças.

- (5) a. Eu adoro [esse café].
b. Eu adoro **ele**.
(6) a. [A maçã do Bom Preço] é uma delícia.
b. **Ela** é uma delícia.

⁵ Indeterminação é acionada aqui como termo utilizado para retratar presença de definitude e ausência de especificidade, como será discutido nas seções posteriores.

Em trabalhos como Chomsky (1981) e Galves (2001), entre outros, utiliza-se o termo *arbitrariedade* com intenção de ilustrar a propriedade de pronomes pessoais apresentarem o comportamento semântico semelhante ao de um nome genérico. Carvalho (2008) defende o uso do termo *arbitrário* para tal propriedade pronominal, pois a leitura genérica do pronome estaria condicionada à ausência dos traços de definitude e de especificidade em sua composição de traços, resultando em notações pronominais cujas leituras seriam capazes de retomar todo/qualquer falante, no caso da primeira pessoa, e todo/qualquer ouvinte, no caso da segunda pessoa.

- (7) a. **Eu** começo a fumar um cigarro hoje, amanhã **eu** experimento x.
 b. **Você/a gente** começa a fumar um cigarro hoje, amanhã **você/a gente** experimenta x.
 c. **Ele** começa a fumar um cigarro hoje, amanhã **ele** experimenta x.

Os pronomes *eu*, *você* e *a gente*, expressos em (7a-b), indicam que neste contexto sintático **toda e qualquer pessoa** que começa a fumar cigarro hoje, amanhã experimentará x, oposto de (7c), em que o pronome pleno de terceira pessoa permite a leitura de que alguém identificado e particular começa a fumar. Em decorrência disso, as sentenças em (7a-b) apresentam os pronomes de primeira e segunda pessoa com leitura genérica, sendo assim, pronomes arbitrários.

Por conseguinte, assumo que *genericidade* é a leitura semântica do pronome, equivalente a um DP genérico, isto é, a propriedade de referir-se a uma classe, um grupo, um tipo ou uma espécie existente no mundo; enquanto, *arbitrariedade* seria a notação de traços de um pronome capaz de comportar-se como um DP com tais componentes semânticos. Consequentemente, um pronome arbitrário é aquele capaz de assumir leitura genérica, pois não possui nem o traço de definitude, nem o de especificidade.

Do mesmo modo que os dados em (7c), o olhar sobre os dados em (8) reitera que a terceira pessoa plena não apresenta leitura genérica.

- (8) a. O kit de reconstrução, você vende **ele** a 175 reais.
 b. Namore com alguém que entenda que você pode dormir a qualquer momento e deixar **ela** no vácuo.
 c. *Adoro doce, **ele** é muito bom.
 d. Adoro doce de leite de Minas, **ele** é muito bom.

Em (8a) e (8b), há situações hipotéticas nas quais o falante simula respectivamente uma venda e um perfil de relacionamento afetivo. Em (8a), todo e qualquer ouvinte envolvido no contexto de produção poderia ser o referente de segunda pessoa e efetuar a venda, mas quanto ao produto em questão, ainda que houvesse omissão do tópico *o kit de reconstrução*, o pronome pleno de terceira pessoa só permite leitura definida e específica, pois não se vende algo que não seja do conhecimento do vendedor (falante) e do cliente (ouvinte). Em (8b), um primeiro olhar pode causar impressão de que a terceira pessoa possa ser genérica, tendo por referente *alguém*. Entretanto, observa-se que a partir do momento em que há o estabelecimento de um namoro, o referente passa a ser *a pessoa com quem você namora*, até porque o traço feminino concorda com *pessoa* e não com *alguém*, um pronome neutro que exigiria um traço masculino, o *default* do PB.

Já quando o pronome de terceira pessoa está em posição de sujeito, pode, diferente do que ocorre em outras posições sintáticas, apresentar leituras de definitude e/ou de especificidade (CERQUEIRA, 2017; CERQUEIRA; CARVALHO, 2018a), desempenhando, por sua vez, função indefinida ou indeterminada. Nesse sentido, quando o

pronome apresenta a leitura específica, mas não a leitura definida, comporta-se como um indefinido, como pode ser verificado nos dados em (9), cujas leituras específicas são atribuídas pelos pronomes indefinidos *alguns meninos* em (9a), *alguma* em (9b) e *uma* em (9c).

- (9) a. Alguns meninos, **eles** levam livros para a escola.
 b. Quem não conseguiu pegar alguma matéria, porque **ela** não foi oferecida, pode tentar ir no colegiado.
 c. Tava conversando com uma amiga minha sobre o projeto e **ela** achou muito interessante.

Já a função indeterminadora do pronome de terceira pessoa é assegurada pela presença de definitude, mas pela ausência de especificidade, como ocorre com o pronome indeterminado tradicional. Cabe frisar que tais comportamentos são restritos à posição de sujeito e, no caso particular da indeterminação, em geral, o referente pronominal é humano e plural, com mostram os dados (10-11).

- (10) a. **Eles** vendem sorvete mais barato na porta da UFBA.
 b. Vende-**se** sorvete mais barato na porta da UFBA.
 (11) a. ?**Eles** latem muito aqui/?**Eles** engatinham muito.
 b. *Late-**se** muito aqui/*Engatinha-**se** muito.

O licenciamento do fenômeno da indeterminação nominal parece estar relacionado aos traços que desencadeiam diferentes leituras do pronome em questão.

2 Traços e a composição lexical de referência

A concepção de léxico como inventário de elementos formativos não é novidade na literatura linguística gerativista. Considerando a existência de traços mais elementares do que outros, Katz e Fodor (1963) e Katz e Postal (1964) introduzem a noção de análise componencial na Linguística Gerativa. Assim, a essência da proposta é adotada por Chomsky (1965 e posteriores), abrindo precedentes para a assunção de que a composição de traços é responsável pela construção de referência. Em vista disso, assumimos que *referência* seja a interpretação, feita pela interface conceitual-intencional, de uma notação hierárquica de traços. Ou seja, referência não é gatilho para significação, mas para leitura do nominal.

De acordo com Adger e Harbour (2008) e Carvalho (2012), uma teoria de traços- φ oferece uma oportunidade ótima para que sintaticistas, semanticistas e morfólogos atuem, de maneira colaborativa, em pesquisas voltadas à compreensão da natureza da língua, uma vez que a articulação entre esses níveis corrobora a *generalidade transmodular*, isto é, a organização modular da língua é identificada através da realização e da interpretação feita, pelos sistemas de interface, dos primitivos sintáticos. Portanto, traço é tratado como o elemento linguístico mais atômico.

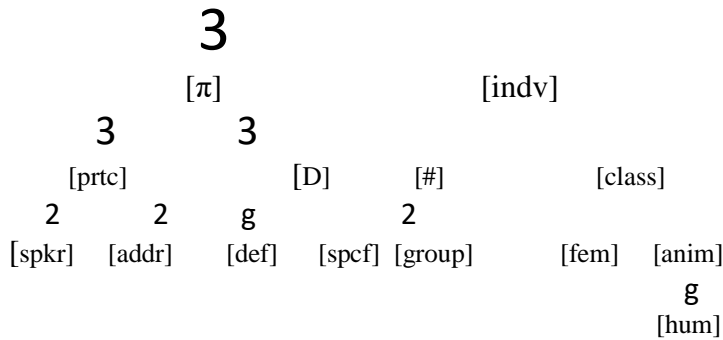
Traços- φ são aqueles envolvidos em relações de concordância predicado-argumento, tipicamente, *pessoa*, *número* e *gênero*. Assim, assumimos, dentro de uma teoria- φ , que a *referência* de um nominal é resultado da leitura de sua estrutura composicional de traços, ou seja, não só os traços que acarretam *pessoa* são considerados, mas também aqueles que acarretam *número* e *classe* (gênero e animacidade).

Visando solucionar a subespecificação obrigatória da terceira pessoa no modelo de traços, Carvalho (2018) propõe, com base em Cowper e Hall (2002), que as propriedades lexicais de definitude e de especificidade tenham se gramaticalizado, e estejam presentes na geometria. Nessa direção, o autor propõe que o traço [D], proposto por Chomsky (1995), seja o traço acarretado por [definido] e [específico]. Assim, uma vez que o traço [D],

acarretado por [definido] e/ou [específico], interfere na distribuição pronominal, ele é um traço formativo e, por isso, essencial para a sintaxe.

À vista disso, Carvalho (2018) propõe que [definido] e [específico] estejam em relação de irmandade, permitindo, por conseguinte, que um nominal apresente a notação de indefinição, grosso modo, [-definido] e [+específico].

(12) Geometria de traço de Carvalho (2018)⁶
[φ]



Na notação em (12), os traços referentes à categoria pessoa podem ser assim definidos:⁷

[π]: representa a categoria pessoa. A presença desse traço corresponde ao requerimento de pessoa como categoria dominante em uma hierarquia para φ.

[prt]: o traço [participante] caracteriza os participantes do processo discursivo (1ª e 2ª pessoas). A ausência desse traço e, conseqüentemente, dos traços por ele dominados, caracteriza a 3ª pessoa, nos termos de Benveniste (1966), a não pessoa.

[spkr]: a presença do traço [falante] imediatamente dominado pelo traço [participante] define o pronome como sendo o falante no processo discursivo (1ª pessoa).

[addr]: [destinatário] caracteriza o ouvinte no processo discursivo.

[D]: a presença desse traço identifica o nominal como sendo um argumento, como defendem alguns autores. Esse traço também domina a projeção que compreende traços como [definido] e [específico].

⁶ Carvalho (2018) apresenta sua notação com os valores de traço em inglês. Decidimos, entretanto, utilizar os valores notacionais no presente trabalho traduzidos para o português.

⁷ A descrição dos traços componentes da notação em (15) foi retirada de Carvalho (2018, p. 652-653). Os demais traços da geometria em (15) são:

[indv]: representa a distribuição de entidades no mundo de acordo com suas propriedades discursivas independentes, tais como *classe e quantificação*.

[#]: a presença deste traço determina a quantificação do nominal. [#] sozinho caracteriza uma leitura *singular* do nominal.

[group]: a presença do traço [grupo] é determinada pela presença de [indv[#]] e exige uma leitura plural, i.e. a leitura de mais de um elemento.

[class]: esse nó codifica gênero e outras informações de classe. Não é determinante nas relações de concordância. Sua presença indica que há traços morfossemânticos de classe na língua.

[fem]: esse traço determina a especificidade de classe relevante para concordância no português e é o único traço de classe legível nessa língua.⁷ Entretanto, ele funciona mais como um valor de traço do que um traço propriamente dito nos termos da teoria chomskyana, e sua combinação com os traços dominados por [class] determina a interpretação de gênero na língua.

[anim]: esse traço codifica informação de animacidade no elemento referencial. Sua ausência condiciona uma leitura inanimada na língua. Sua combinação com presença/ausência de [feminino] determina a leitura de gênero de um nome.

[hum]: esse traço codifica informação mais específica dos seres animados, diferenciando-os dos animados não humanos. Está condicionado à presença de [animado].

[def]: o traço [definido] estabelece quando um DP se refere a uma entidade identificada por falante e ouvinte.

[specf]: denota um indivíduo particular (ou grupo de indivíduos). Um DP que apresenta o traço [específico] é interpretado como uma entidade particularizada.

Uma das vantagens da geometria em (15) é de que, ao considerar que a categoria pessoa é expressa não só por [participante], mas também por [D], é possível tanto representar um nominal genérico, através da subespecificação do nó [D], quanto representar qualquer terceira pessoa, através da subespecificação do nó [participante]⁸.

O nó [participante] responsável pela categoria *pessoa* é um elemento fortemente explorado por Gruber (2013). A autora argumenta que a noção de pessoa está situada em duas categorias como centro-dêiticos do contexto discursivo, a saber, *tempo* e *localização*. Segundo ela, embora Fillmore (1997) proponha a existência de dêixis pessoal, dêixis espacial e dêixis temporal, é possível que haja uma relação hierárquica entre essas dêixis.

De acordo com Gruber (2013, p. 9, tradução nossa⁹), “[...] PESSOA é uma categoria dêitica e, como tal, inclui apenas participantes dos atos de fala, falante e ouvinte; um não participante, por definição, não pode ser parte de um contexto discursivo”. A autora argumenta, ainda, que *pessoa* é uma categoria gramatical e a categoria gramatical *pessoa* vai além de primeira e segunda pessoa e se estende à terceira pessoa.

Contudo, essa noção de pessoa parece atender exclusivamente aos pronomes de primeira e segunda pessoa, visto que se a terceira pessoa não é situada na enunciação, não há como mapear sua composição através de uma concepção de pessoa em que, mesmo estabelecida a partir de tempo e de espaço, restringe-se aos participantes diretos na elocução. Isto é, se pessoa, nos termos de Gruber (2013), é definida por quem assume o turno de fala, em determinado tempo e em determinado espaço, e a terceira pessoa nunca assume o turno de fala, independentemente, do tempo e do espaço, a proposta da autora para pessoa, na prática, aplica-se exclusivamente a [participante] excluindo, por conseguinte, a terceira pessoa.

Em vista disso, a codificação de terceira pessoa deve ser estabelecida por outro elemento, o qual trataremos aqui como *determinação*, cuja codificação lexical é feita em [D], o qual está em relação de irmandade com [participante] na geometria em (12).

Para Cowper e Hall (2002), o traço [D] é o responsável pela interpretação de um nominal como definido, indefinido ou genérico, mas é, sobretudo, uma evidência para a hipótese DP (ABNEY, 1987). Assim, o traço [D] é tratado como uma evidência de que o sintagma determinante domina o sintagma nominal. Apesar de concordar com essa proposta, sugerimos que, além da evidência para a posição sintática do determinante, o traço [D] também desempenha o papel de determinar os DPs, de modo a corroborar com o estabelecimento de sua referência, como apontam os trabalhos de Postal (1966) e Collins e Postal (2012).

Nessa ótica, a determinação nominal seria uma propriedade das línguas humanas estabelecida tanto no nível sintático, quanto lexical. Mória (2016), por exemplo, associa a noção de determinação à função referencial. Do ponto de vista sintático, a determinação nominal é um dos caminhos para obtenção de informação referencial sobre o nominal predicado, por ser uma das vias de categorização de nomes. Como bem apontam Abraham, Stark e Leiss (2007), a determinação nominal pode ser concebida como alguma realização morfológica ou morfossintática com o intuito de fornecer informações para o mapeamento

⁸ O nó [participante] é amplamente discutido para a caracterização da primeira pessoa do singular em PB em Carvalho e Brito (2014), Carvalho (2015) e Cerqueira (2019a, 2019b).

⁹ No original: “PERSON is a deictic category and as such includes only the speech act participants, speaker and hearer; a nonparticipant, per definition, cannot be part of the utterance context” (GRUBER, 2013, p. 9).

das informações referenciais, sendo definitude e especificidade parte dessas informações. Por isso, a determinação nominal é estabelecida na medida em que uma expressão nominal apresenta, em sua composição, definitude e/ou especificidade. Porém, ainda que a determinação nominal seja um fenômeno universal, sua manifestação varia interlinguisticamente (e, a nosso ver, intralinguisticamente), de modo que os possíveis comportamentos morfofonológicos reflitam os parâmetros sintáticos (CORREIA, 2000).

Isso posto, assumiremos que a universalidade da determinação nominal esteja relacionada à presença dos traços de [definido] e de [específico] em sua composição, ao passo que a exigência ou não desses traços, simultaneamente ou independentemente, no licenciamento de um nominal, o fariam mais ou menos determinado. Em outras palavras, para um DP ser determinado, ele precisa apresentar os traços [definido] e [específico] em sua notação, ou pelo menos um desses. Outrossim, a realização morfofonológica desses traços pode tanto ser estrutural, com a presença de um elemento determinante no DP, quanto, flexional, como no caso dos pronomes.

Para Lyons (1999), um DP definido deve apresentar alguma marca morfossintática (presença de artigo, demonstrativo ou afixo verbal), mas também deve ser interpretado como identificável ou incluso ou ambos. Adaptando a proposta de Lyons para um modelo de traços, a presença do traço [definido] apresenta efeitos de interpretação e de distribuição, podendo este último ter ou não uma contraparte morfofonológica. Os dados em (13) permitem a constatação de que a referência do pronome pleno de terceira pessoa, assim como seu licenciamento, nesses contextos sintáticos, está relacionada à sua definitude, evidenciada pela condição de identificação.

- (13) a. Eu ouvia na infância, mas não gosto mais **deles**. (Backstreet Boys)
b. **Ela** disse para você chegar cedo amanhã. (sua orientadora)

De acordo com Cowper e Hall (2002, p. 58, tradução nossa¹⁰), “[o] determinante definido pode [...] ser usado quando o falante assume [...] que o DP descreve uma entidade identificável e única no Universo do Discurso”, ou seja, um DP retomado no discurso. Para Lyons (1999), os efeitos semânticos de definitude podem ser: (a) identificabilidade **ou** unicidade, pelo ouvinte, ou (b) identificabilidade **e** unicidade, pelo ouvinte. Todavia, a possibilidade de intercorrência desses efeitos implica que: (i) cada uma dessas leituras é efeito de um elemento primitivo e (ii) a presença de ambas é efeito de um elemento mais abrangente, ao qual definitude e especificidade estão subjacentes. Por conseguinte, podemos conceber que identificabilidade é efeito de definitude, unicidade é efeito de especificidade, e identificabilidade e unicidade juntas representam efeito de determinação nominal.

Segundo Partee (1972, 2004), uma entidade única é aquela que pode ser particularizada com base em restrições que a tornam específica. Seguindo argumentação semelhante, Cowper e Hall (2002, p. 3) defendem que a presença do traço [específico] na notação de um nome implica em leitura particularizada que, para os autores, é um tipo de quantificação cardinal, pois em vez de quantificar sobre indivíduos existenciais ou universais, quantifica acerca de um indivíduo particular, como se pode observar nos dados em (14).

- (14) a. Quando [um país]_i não investe em educação, **ele**_i está fadado ao fracasso.
b. Estou procurando [um livro]_i sobre ideologia de gênero e diversidade, mas ainda não encontrei **ele**_i.

¹⁰ No original: “The definite determiner can also be used when the speaker assumes [...] that the DP describes an identifiable and unique entity in the Universe of Discourse.”

Em (14), ainda que não seja possível identificar qual *o país* em questão ou qual *o livro* em questão, sabe-se que não se trata de qualquer/todo país ou de qualquer/todo livro. Sabe-se que o país retomado pelo pronome pleno de terceira pessoa é *aquele que não investe em educação*, assim como o livro retomado pela terceira pessoa plena é *aquele procurado pelo falante e cujo tema é ideologia de gênero e diversidade*. Logo, essas informações fornecidas pelas próprias sentenças possibilitam a particularização do referente pronominal e, conseqüentemente, a sua especificidade.

Nessa ótica, as leituras identificável e única/particular representam efeitos semânticos de *determinação nominal* e não de definitude, como se assume tradicionalmente. A assunção de que a leitura identificável é efeito de *definitude* (cf. HERTZENBERG, 2015) e de que a leitura única/particular é efeito de *especificidade* (cf. PARTEE, 2004), contribui para avaliação do grau de determinação de um nominal, uma vez que definitude e especificidade estão subordinadas à determinação. Em consequência, possibilitando a codificação dos pares [+definido, +específico], [-definido, +específico], [+definido, -específico] e [-definido, -específico] em um contínuo de determinação, o qual será visto mais adiante.

No modelo geométrico de traços proposto por Cowper e Hall (2002), o traço [definido] domina os traços [dêitico] e [distal], os quais seriam responsáveis, respectivamente, pela leitura ostensiva¹¹ e pela leitura partitiva de um nominal. O traço [dêitico], na ótica dos autores, é responsável por codificar informações do centro dêitico, de modo que o referente não precise ser mencionado no discurso, pois pode ser apontado pelo determinante dêitico e é, portanto, uma caracterização da leitura definida. Por isso, nos termos apresentados pelos autores, o traço [dêitico] está presente na notação de nominais cuja referência implica leitura ostensiva (cf. 15).

- (15) a. João_a disse que **ele**_b saiu cedo.
b. **Eles** adoram fingir que gostam dos pobres em época de eleição. (os políticos)

Em (15), os pronomes de terceira pessoa apresentam o traço [dêitico] em sua notação, resultando em leitura dêitica e, conseqüentemente, definida. Para Pires de Oliveira (2001), no DP cuja leitura é ostensiva, é apontado no discurso, como ocorre em (15). A propriedade dêitica do pronome de terceira pessoa, em (15), resulta da presença do traço [dêitico], em sua composição.

Já o traço [distal] é o traço acionado para designar distância na notação do nominal. Cowper e Hall (2002) o definem a partir da relação com o traço [dêitico], e sua presença se distancia do centro dêitico. Em outras palavras, o traço [distal] tanto pode ocorrer sozinho na geometria (cf. 16a), quanto pode ocorrer em irmandade com o traço [dêitico] (cf. 16b). O traço [distal] está presente, sobretudo, nos pronomes demonstrativos ou em nominais partitivos.

- (16) a. Esse aluno não estava entre **eles**. (os alunos bagunceiros)
b. **Isso** deve ficar na biblioteca. (o grampeador)

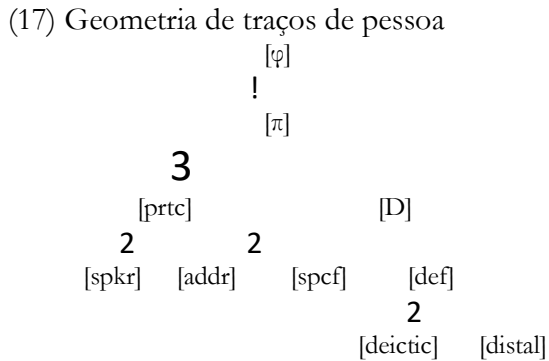
Em (16a), o pronome pessoal de terceira pessoa assume a leitura partitiva devido à presença do traço [distal], aparentemente, acionado pela relação com os traços da preposição, resultando na leitura de que apenas a parte em questão dos alunos estava fazendo bagunça. Em (16b), o pronome demonstrativo neutro apresenta os traços [dêitico] e [distal], uma vez

¹¹ Conforme Evans (1990), Heim e Kratzer (1998), Pires de Oliveira (2001) e Recanati (2005), ostensão é a leitura própria de elementos dêiticos, cuja referência é externa ao escopo sentencial.

que, além da leitura de distância, própria dos demonstrativos, o pronome possui referente externo ao escopo da sentença, comportando-se como uma dêixis.

Ademais, a possibilidade de o traço [distal] entrar na composição do pronome pleno de terceira pessoa pode estar relacionada à origem histórica desse pronome, pois se o pronome *ele* originou-se a partir do pronome demonstrativo *ille* (cf. ALI, 1966; COUTINHO, 1976; GIUSTI, 1998), na passagem do latim vulgar para o português, esse traço pode ter sido preservado.

Dessa forma, Cerqueira (2019a) sugere a inclusão desses traços na composição da referência pronominal, cuja estrutura de [π] é como em (17):



Na notação em (17), [dêítico] está presente na notação de nominais cuja referência implica leitura externa à sentença, podendo ou não, ser ostensiva, enquanto [distal] é o traço acionado para designar distância do referente à notação do nominal.

A combinação dos traços [definido] e [específico], com o traço de [distal], pode resultar em uma terceira pessoa mais próxima dos demonstrativos e, por sua vez, mais especificada. Já os pronomes expletivos, cuja forma é sempre uma terceira pessoa (cf. FORCHHEIMER, 1953), seriam os casos de nenhuma determinação. Entre os dois extremos, há níveis intermediários de determinação nominal considerando a presença dos traços [definido] e [específico], (cf. Quadro 1).

Quadro 1 – Grau de determinação da terceira pessoa

GRAU DE DETERMINAÇÃO DA TERCEIRA PESSOA PLENA				
← +		- →		
Demonstrativo / Distal	Determinada	Indefinida	Indeterminada / Dêitica	Expletivo / Arbitrária
[+definido / +específico]	[+definido / +específico]	[-definido / +específico]	[+definido / -específico]	[-definido / -específico]
Nossa história é monstruosa, deixou consequências monstruosas e uma delas é a insensibilidade nas pessoas.	Ela saiu agora.	Estava com uma amiga e ela desmaiou no shopping.	Cota é só o começo, eles nos devem até a alma.	?Ele chove.

Fonte: Cerqueira (2019a, p. 97)

Portanto, as diferentes leituras da terceira pessoa pronominal podem se dar a partir da combinação dos diferentes traços formativos da categoria pessoa:

(i) *genericidade*: é a propriedade de um nominal fazer referência a uma categoria com sentido de tipo, espécie, gênero ou grupo. Sua leitura não é prevista para terceiras pessoas;

- (ii) *arbitrariedade* é a notação léxico-sintática de um nominal cuja interpretação é genérica, por isso, os traços [definido] e [específico] não participam de sua composição;
- (iii) *indefinição* é a ausência de [definido] e presença de [específico], resultando em leitura de unicidade, equivalente a uma particularização;
- (iv) *indeterminação* é a ausência do traço [específico], mas presença do traço [definido], culminando em leitura de identificabilidade, equivalente à familiaridade.

No Quadro 1, os traços [dêitico] e [distal] só são ativados quando da presença do traço [definido]. O pronome que apresenta os traços [distal] e [dêitico] tem leitura maximamente demonstrativa, enquanto a exclusividade do traço [dêitico] indetermina o DP, mediante a ausência de leitura particularizada, aliada à retomada do referente no discurso.

Assim sendo, um pronome tem sua natureza pessoal conferida não só por sua participação nos atos de fala, mas também pela determinação (pro)nominal, ao passo que, a terceira pessoa, mesmo sem ser marcada na elocução, não apresentaria subespecificação da categoria *pessoa*, dada a exigência quase obrigatória de pelo menos um dos traços acarretados por [D], cuja contraparte sintática é o estabelecimento do Princípio da Projeção Estendida e cuja contraparte léxico-semântica equivale à determinação, acarretada por definitude e/ou especificidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos uma proposta de distribuição do pronome pleno de terceira pessoa no português brasileiro a partir das leituras geradas através de sua composição de traços formativos. Para tal, foi proposto que a natureza do pronome, assim como a de outros nomes, é reflexo da sua composição de traços, de modo que, tanto a distribuição sintática do pronome, quanto sua referência, decorrem da sua notação.

Para tanto, foi feita uma discussão sobre os nós dominantes das categorias- φ , assim como proposto por Carvalho (2018) e, como se discutiu a composição de referência a partir desses traços e dos traços dominados pelo nó *pessoa*. Além disso, foram apresentadas novas concepções para os nós [participante], como traço capaz de codificar os envolvidos na enunciação a partir do tempo e espaço da locução (cf. GRUBER, 2013) e [D], correspondente à determinação nominal (cf. CERQUEIRA; CARVALHO, 2018a, 2018b; CERQUEIRA, 2019a, 2019b), acarretada pelos traços [definido] e [específico], decorrentes, por sua vez, de leituras identificável e particular, respectivamente.

Ainda, foi proposta a inclusão dos traços [dêitico] e [distal] na geometria proposta para a terceira pessoa pronominal, o que possibilitou uma classificação das formas *ele/ela* e seus plurais como elementos próximos de demonstrativos, o que pode estar relacionado à sua história.

Por fim, a geometria de traços permitiu estipular-se uma distribuição da forma pronominal de terceira pessoa, desde sua forma mais especificada, com leitura demonstrativa, até sua forma mais subespecificada, gerando leitura expletiva ou arbitrária.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, W.; STARK, E.; LEISS, E. Introduction. In: STARK, E.; LEISS, E.; ABRAHAM, W. (Eds.). **Nominal Determination: Typology, context constraints, and historical emergence**. Philadelphia: John Benjamins B. V., 2007, p. 1-21. Doi: <https://doi.org/10.1075/slcs.89.02abr>

ABNEY, S. **The English Noun Phrase in its sentential aspects**, 1987. Teses (Doutorado) – MIT, Cambridge.

- ADGER, D.; HARBOUR, D. Why phi?. In: HARBOUR, D.; ADGER, D.; BÉJAR, S. (Orgs.). **Phi Theory: Phi-Features across modules and interfaces**. New York: Oxford University Press, 2008, p. 130-154.
- ALI, M. S. **Gramática histórica da Língua Portuguesa**, 6ª edição, São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- BÉJAR, S. **Phi-syntax: a theory of agreement**, 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Toronto, Ontário.
- BRITO, D. B. S. **O se reflexivo no português do Brasil**, 2009. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, UFAL, Alagoas.
- CAMARA JR. J.M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: a case of the three classes of pronouns. In: VAN RIEMSDIJK, H. (Ed.). **Clitics in the language of Europe**. Berlin: Mouton et Gruyter, 1999, p. 41-109.
- CARVALHO, D. S. Geometria de traços e a sintaxe de pronomes no português brasileiro. In: Brito, A.M. et al. (eds.). **XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística - Textos Selecionados**. 1ed. Porto: Tip. Nunes Lda. – Maia, p. 243-258, 2010.
- CARVALHO, D. S. Traços. In: FERRARI NETO, J.; SILVA, C.R.T. (Orgs.). **Programa Minimalista em Foco: princípios e debates**. 1 ed. Curitiba: Editora CRV, 2012, v. 1, p. 113-132.
- CARVALHO, D. S. Sobre pessoa e referencialidade no português. **Revista Letras**, Curitiba, n. 91, p. 131-137, 2015.
- CARVALHO, D. S. Aspectos da morfossintaxe dos impostores em português brasileiro. In: CARVALHO, D. S.; BRITO, D. B. S. **Pronomes: morfossintaxe e semântica**. Salvador: EDUFBA, 2018b, p. 131-157.
- CARVALHO, D. S.; BRITO, D. B. S. Pronomes nulos e referência no português afro-brasileiro. **Veredas** 18, 2014, p. 23-43.
- CARVALHO, D. S.; BRITO, D. B. S. Impostores, correferência e concordância em português brasileiro. **Revista Letras**, v. 96, 2017, p. 55-73.
- CARVALHO, D. S.; BRITO, D. B. S.; SEDRINS, A. P. Referência de primeira pessoa e anáfora em português brasileiro. **ReVEL**, vol. 6, n.30, 2018, p. 127-145.
- CASTILHO, A. T. Os demonstrativos no português falado. In: CASTILHO, A. T. (org). **Gramática do Português Falado: as abordagens**. v. 3. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 119-147.
- CAVALCANTE, Sílvia. **O uso de SE com infinitivo na história do português: do Português Clássico ao Português Europeu e Brasileiro modernos**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

- CERQUEIRA, F. O. **A sintaxe do pronome acusativo de terceira pessoa no português brasileiro**, 2015. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Salvador: UFBA, 2015a.
- CERQUEIRA, F. O. Reflexos semânticos na sintaxe de terceira pessoa. **Letrônica** – Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, v.8, n.2, p. 422-437, jul./dez., 2015b.
- CERQUEIRA, F. O. Arbitrariedade em terceira pessoa. In: CARVALHO, D. S. (Org.). **Traços-phi: contribuições para a compreensão da gramática do português**. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 169-188.
- CERQUEIRA, F. O. **O pronome pleno de terceira pessoa: estrutura interna e relações referenciais**. 152f. Doutorado em Linguística – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019a.
- CERQUEIRA, F. O. A arbitrariedade de terceira pessoa no português brasileiro. In: CARRILHO, E.; MARTINS, A.M.; PEREIRA, S. (Orgs.). **Estudos Linguísticos e Filológicos oferecidos a Ivo Castro**, Lisboa: Editora ULisboa, 2019b, p. 477-508.
- CERQUEIRA, F.O.; CARVALHO, D.S. O comportamento sintático-semântico do pronome pleno de terceira pessoa no português brasileiro. **Revista da ANPOLL**, n.46, v.1, p. 83-111, Florianópolis, 2018a.
- CERQUEIRA, F.; CARVALHO, D.S. A natureza do pronome pleno de terceira pessoa. In: ATAÍDE, C.; SOUSA, V. (Eds.). **Língua, texto e ensino: descrições e aplicações**. 1ed. Vitória da Conquista: Pipa Comunicação, 2018b, v.1, p. 1051-1062.
- CHIERCHIA, G. Individual-Level Predicates as Inherent Generics. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F. J. (Orgs.). **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995, p. 176-223.
- CHOMSKY, N. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. **Conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso**. Tradução de Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1986.
- CHOMSKY, N. **Programa Minimalista**. Tradução de Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1995.
- COLLINS, C.; POSTAL, P. **Imposters: A study of pronominal agreement**. Cambridge, MA: MIT Press, 2012. doi: <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262016889.001.0001>
- CORREIA, C. N. Determinação Nominal. In: **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, Lisboa: Edições Colibri, 2000, n.13, p. 327-338.
- COUTINHO, I. L. **Pontos da gramática histórica**. 3ª ed. rev. Editora Ao Livro Técnico: Rio de Janeiro, 1976.

- COWPER, E.; HALL, D. C. **The syntactic manifestation of nominal feature geometry.** In: Proceedings of the 2002 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association. Montréal: Cahiers Linguistiques de l'UQAM, 2001, p. 55-66.
- CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. (Eds.). **Brazilian Portuguese and null subject parameter.** Madri: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Verveurt, 2000, p. 53-73.
- DÉCHAINED, R. M.; WITSCHKO, M. **Decomposing Pronouns.** Linguistic Inquiry, 2002, v. 33, n.3. p. 409-442. Doi: <https://doi.org/10.1162/002438902760168554>
- EVANS, G. **Pronouns, quantifiers, and relative clauses.** Canadian Journal of Philosophy 7, 1977, p. 467-536.
- FORCHHEIMER, P. **The category of person in language.** Berlin: Walter de Gruyter, 1953.
- FILLMORE, C. J. **Lectures on deixis.** Stanford: CSLI Publications, 1997.
- GALVES, C. M. C.; ABAURRE, M. B. M. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: Castilho, A. T. de & Basilio, M. (orgs) **Gramática do Português Falado.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996.
- GALVES, C. M. C. **Ensaio sobre as gramáticas do português.** Campinas: UNICAMP, 2001.
- GALVES, Charlotte; RIBEIRO, Ilza; TORRES MORAIS, Maria Aparecida. Syntax and morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics** 4:2, p. 143-177, 2005.
- GIUSTI, G. **The rise a foundation category form Latin ILLE to the Romance article and personal pronoun.** Working Papers in Linguistic, v.8, n.2, 1998, p. 53-71.
- GRUBER, B. **The spatiotemporal dimensions of person: a morphosyntactic account of indexical pronouns,** 2013. Tese (Doutorado em Linguística). Utrecht University, UiL-OTS.
- HARBOUR, D.; ADGER, D; BÉJAR, S. **Phi-Theory: phi-features across modules and interfaces.** Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HARLEY, H.; RITTER, E. **Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis.** Language, 2002, v. 78. p. 482-526.
- HEIM, I.; KRATZER, A. **Semantics in Generative Grammar.** Oxford: Blackwell, 1998.
- HERTZENBERG, M. J. B. **Third Person Reference in Late Latin: demonstratives, definite articles, and personal pronouns in the Itinerarium Egeriae.** Library of Congress Cataloging-in-Publication Data. De Gruyter Mouton: Berlin/Boston, 2015.
- KATZ, J. J.; FODOR, J. A. **The Structure of a Semantic Theory,** Language 39, p. 170-210, 1963.
- KATZ, J. J.; POSTAL, P. M. **An Integrated Theory of Linguistic Description.** (Research Monographs, 26) Cambridge, Mass.: MIT Press, 1964.

JAKOBSON, R. **Selected writings 1 -2**. Vol. 1: Phonological studies. 2ed. The Hague & Paris, 1986 [1957].

LYONS, C. **Definiteness**. Cambridge: University Press, 1999. Doi: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511605789>

MÓIA, T. Semântica e Pragmática. In: MARTINS, A. M.; CARRILLO, E (eds.). **Manual de Linguística Portuguesa**. Berlin/Boston: De Gruyter. 2016. p. 308-335.

MÜLLER, A. **A expressão da genericidade nas línguas naturais**, 2000. Tese (Pós-Doutorado), Massachussets: University of Massachussets-Amerst, 2000.

PARTEE, B. Opacity, coreference, and pronouns. In: DAVIDSON, D.; HINTIKKA, J. (eds.). **Word and Objections: Essays on the work of W. V. Quine**. Dordrecht: Reidel, 1972, p. 415-441.

PARTEE, B. Opacity, coreference, and pronouns. In: PARTEE, B (ed.). **Compositionally in Formal Semantics**. Malden: Blackwell, 2004, p. 26-49.

PIRES DE OLIVEIRA, R. **Semântica Formal: uma breve introdução**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

POSTAL, P. On so-called 'pronouns' in English. In F. Dinneen ed. **19th Monograph on Languages and Linguistics**, Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1966.

RECANATI, F. **Deixis and anaphoras**. In: SZABÓ, Z. G. (Ed.). **Semantics vs. Pragmatics**. Oxford: Clarendon Press, 2005, p. 286-316. doi: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139028462.017>

RIBEIRO, I. **O sistema de definitude e de referencialidade de uma falante afrobrasileira idosa**. Comunicação apresentada no congresso da ABECS – Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, 2010.

SARAIVA, M. E. F. **Buscar menino no colégio: a questão do objeto incorporado em português**. Campinas: Pontes, 1997.